

O REPUBLICANISMO COMO RESPOSTA AO TOTALITARISMO

REPUBLICANISM AS AN ANSWER TO TOTALITARIANISM

Lincoln Frias*

RESUMO: O artigo defende a hipótese de que, embora o republicanismo seja primordialmente uma tentativa de corrigir as falhas do liberalismo, ele também pode e deve ser visto como uma salvaguarda contra o totalitarismo. Para apresentar essa visão usamos como base o republicanismo de Arendt, especialmente sua ênfase na noção de pluralidade. Na primeira seção após a introdução, as principais características do totalitarismo são discutidas (sua novidade histórica, o uso extensivo da coerção e a onipresença da ideologia). Em seguida, são apresentadas as linhas gerais do republicanismo através da comparação com o liberalismo e da distinção entre liberdade positiva e liberdade negativa. Na seção seguinte, são analisadas as especificidades do republicanismo de Arendt dando atenção especial às noções de pluralidade, natalidade e espaço público. Por fim, mostra-se como o republicanismo arendtiano pode ser visto como uma resposta ao totalitarismo.

PALAVRAS-CHAVE: Republicanismo. Arendt. Totalitarismo

ABSTRACT: The paper defends the hypothesis that although the republicanism is first of all an attempt to rectify the main faults of liberalism, it may and should also be viewed as a safeguard against totalitarianism. In the first section after the introduction discusses the main aspects of totalitarianism (its historical novelty, the extensive use of coercion and ideology omnipresence). After this, the main lines of republicanism are presented through a comparison with liberalism and by the distinction between positive and negative liberties. The next section offers an analysis of the specificities of Arendt's republicanism, paying special attention to the notions of plurality, natality and public sphere. The last section shows how the arendtian republicanism may be seen as an answer to totalitarianism.

KEY WORDS: Republicanism. Arendt. Totalitarianism.

Introdução

Dadas as dimensões e a complexidade das sociedades contemporâneas e dado o fortalecimento das organizações sub-, supra- e não-estatais, é surpreendente que o republicanismo seja atualmente escolhido por importantes cientistas políticos como referencial teórico alternativo ao liberalismo. O ideal de autogoverno e a ênfase em virtudes

* Doutorando em Filosofia-UFMG Contato: lincolnfrias@gmail.com

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 201-217
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

cívicas parecem ferramentas políticas inocentes, arcaicas e ineficientes para lidar com os Estados atuais.

Normalmente se explica o ressurgimento do republicanismo como uma tentativa de correção do que se considera fracassos do liberalismo (apatia, falta de interesse, individualismo extremado, corrupção etc.). O que leva a supor que, se o liberalismo não tivesse tais efeitos colaterais, o republicanismo não ressurgiria.

A hipótese que exporei é a de que essa explicação para a onda de interesse no republicanismo é necessária mas não é suficiente, pois é preciso um segundo argumento contrafactual: se o século XX não tivesse oferecido experiência políticas tão traumáticas (as grandes guerras, as armas de destruição em massa e, especialmente, o totalitarismo e os campos de extermínio), ou não haveria interesse pelo republicanismo ou ele não seria tão forte. Dito de forma positiva: embora o ressurgimento do republicanismo seja uma correção das falhas do liberalismo, sua motivação mais profunda é resguardar-nos do totalitarismo.

Argumentar por contrafactuais é inócuo, pois não há como verificar sua adequação. Isto é, não adianta dizer que se o liberalismo não falhasse (ou se não percebêssemos suas falhas) não nos interessaríamos pelo republicanismo ou que se o totalitarismo não houvesse acontecido não haveria interesse no republicanismo. Não podemos saber o que aconteceria se a história fosse outra porque não há como ela ser outra.

Por isso, minha estratégia argumentativa será apenas mostrar a plausibilidade e sugerir a fertilidade de nossa hipótese: o republicanismo é uma (boa) resposta ao totalitarismo.

Enfim, esse trabalho propõe que para entender a atratividade do republicanismo é necessário vê-lo não só como uma alternativa ao liberalismo, mas também como uma salvaguarda contra o totalitarismo. Isso é justamente o que fez Hannah Arendt. E, por isso, a tomarei como plataforma para apresentar meu argumento.

Para ela, o totalitarismo tem origem no liberalismo. Ele nasce de uma sociedade despolitizada, marcada pela indiferença em relação aos assuntos públicos, pelo atomismo social, pela individualização, pela competição, onde as instituições políticas são apenas uma fachada para interesses privados¹. Por isso, somente uma concepção da política que promova a *atividade* (*agency*) e a pluralidade pode impedir a volta dos regimes totalitários. A ênfase na

¹ LEFORT, Claude. "Hannah Arendt e a Questão do Político". In: *Pensando o Político*. Ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Trad. E. Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.72.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 201-217
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

atividade, a participação, é que lhe torna republicana; e a ênfase simultânea na pluralidade diferencia seu republicanismo dos outros.

Portanto, o objetivo é mostrar que o republicanismo é um antídoto contra o totalitarismo. O percurso será, depois de esclarecer brevemente o que é o totalitarismo, definir o que é o republicanismo (contrastando-o com o liberalismo) e mostrar a especificidade do republicanismo arendtiano. Como veremos, o que diferencia o republicanismo em geral é sua concepção positiva de liberdade, a liberdade como capacidade de agir, como não-dominação. E a especificidade do republicanismo de Arendt está justamente em sua concepção do que é agir. Para ela, a ação é sempre ação em meio à pluralidade. Ao se dar em meio à pluralidade, a ação adquire uma série de características: é um início, é um milagre, composta de feitos e falas, é imprevisível, é irreversível, precisa de um espaço de aparência, precisa ser lembrada, precisa de um contador de histórias e precisa das faculdades de prometer e de perdoar. É dessas características que trataremos, pois é a atenção a elas que, segundo Arendt, pode impedir o ressurgimento do totalitarismo. E é através delas que ela promoveu uma revitalização do republicanismo, o que renovou o interesse por ele e o fez ressurgir.

Principais Características do Totalitarismo

O totalitarismo não foi o mesmo em todos os lugares (nazismo, fascismo, stalinismo etc.), foi mais como um espectro, com diferentes graus de intensidade e totalidade. O que faz o Estado ser totalitário é que ele pretende a mudança total e/ou controle *total* dos aspectos que julga politicamente relevantes. Ele faz isso para promover “uma concepção *total* da vida” (expressão criada por Gentile) e um Estado que seja uma comunidade organicamente coesa². Deve entendê-lo como oposto ao parlamentarismo e ao pluralismo (de partidos, idéias, concepções de bem etc.), por não permitir organizações independentes do Estado que fossem capazes de afrontá-lo; p.ex.: sindicatos e igrejas não subservientes, sistema jurídico autônomo e estável, garantia de propriedade privada, respeito a tradições, instituições democráticas de tomada de decisão, multiplicidade de partidos etc.

O totalitarismo é caracterizado pela novidade, pela coerção e pela ideologia:

² KAMENKA, Eugene. “Totalitarianism” In: GOODIN, Robert E., PETTIT, Philip & POGGE, Thomas. *A Companion to Contemporary Political Philosophy*. 2 Vols. (segunda edição). Malden: Blackwell, 2007. p. 821.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 201-217
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

- *novidade*: Ele é um fenômeno político novo porque surge apenas no século XX, pois só então estão disponíveis as ferramentas tecnológicas (bélicas, de registro, de comunicação e de transporte) de que se utiliza para centralizar o poder e manipular as massas. E apenas no século XX se desenvolvem a democracia de massas e o nacionalismo que lhe dão sustentação.

- *coerção*: a coerção que ele emprega é avassaladora, pois usa técnicas que procuram despertar o terror para impedir desvios da ortodoxia³, dado que nenhuma oposição é aceita. É instaurado o monopólio estatal das armas, dos meios de comunicação e, em alguns casos, da economia.

- *ideologia*: o regime totalitário é uma ditadura de partido único (seja direita seja de esquerda) de massa normalmente simbolizado e subordinado a uma pessoa, além de ser organizado em uma hierarquia rígida e identificado com a burocracia estatal. Sua legitimidade é obtida através da imposição de uma ideologia secular que invade todos os aspectos da vida dos indivíduos, apresentada como doutrina e difundida por meios publicitários e teatralizações. Normalmente, essa ideologia oficial é focada em um estado final perfeito da humanidade e difundida pela centralização em um líder que através do simbolismo, da teatralização e da militarização promove um sistema de controle físico e/ou psicológico pelo terror, que gera constante mobilização das massas e manipulação psicológica.

A explicação que Arendt oferece do totalitarismo é um aprofundamento dessa que apresentamos e é mais direcionada ao nazismo – na conclusão, teremos oportunidade de apresentar alguns elementos de sua concepção. Segundo ela, o objetivo desse tipo de regime é a dominação total – por isso a coerção, o terror e a ideologia abrangente. É em resposta a esse projeto que ela resgata os ideais republicanos, em especial a concepção da liberdade como não-dominação e o ideal do autogoverno.

Principais Características do Republicanismo

Se comparado ao liberalismo, o republicanismo caracteriza-se por enfatizar uma tradição diferente, que remonta principalmente ao humanismo cívico da Itália renascentista.

³ CANOVAN, Margaret. *Hannah Arendt. A reinterpretation of her political thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p. 206.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 201-217
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

Essa tradição começa com Aristóteles e sua idéia de democracia participativa, passamos por romanos como Cícero e Sêneca, adquire substância com os humanistas cívicos e o Machiavel dos *Discorsi* e ganha novos adeptos com Montesquieu, Jefferson e Tocqueville. No século XX, além de Arendt, é resgatada por historiadores como Baron, Pocock e Skinner, para culminar no muito discutido trabalho de Philip Pettit, *Republicanism* e nos trabalhos em torno da idéia de *capital social* (de Robert Putnam), da democracia *participativa* e da democracia *deliberativa* (Amy Gutman, Habermas etc.).

Essa tradição enfatiza virtudes cívicas tais como a honra, a participação, a simplicidade, a honestidade, a frugalidade, o patriotismo, a integridade, a sobriedade, a abnegação, a laboriosidade, o amor à justiça, a generosidade, a nobreza, a solidariedade, a preocupação com a situação dos outros, a busca da glória etc.. Em contrapartida, repudia como vícios a corrupção, a ambição, a avareza, o orgulho, o egoísmo, a prodigalidade, a ostentação, o cinismo, a covardia, a extravagância, o luxo (no vestir, comer, beber e decorar) etc⁴.

A principal diferença entre o republicanismo e o liberalismo é a concepção de liberdade política – e a liberdade é o conceito central para ambos. Para o liberal, a liberdade é a autonomia, a não-interferência do Estado ou de outros sobre os assuntos privativos do indivíduo. O Estado só está autorizado a intervir na capacidade individual para prevenção de dano, isto é, quando existir a possibilidade de dano a um terceiro. Portanto, o indivíduo é a entidade política essencial, a ele devem ser submetidos os outros elementos. A comunidade e o Estado existem em prol do indivíduo. Isso faz com que se defina claramente a linha divisória entre o que é público e o que é privado (âmbito do indivíduo) e se defina o Estado como simples garantidor dos direitos fundamentais e a liberdade como garantia dos direitos fundamentais.

Por outro lado, para o republicano, não devemos moldar a política a partir do indivíduo, mas sim a partir do cidadão. O ideal principal dos republicanos é o autogoverno, pois compreende a liberdade como não-dominação. Quer dizer, livre é quem *se* governa (por isso, são críticos da democracia representativa). A política é compreendida como o momento em que cidadãos se juntam para deliberar e decidir sobre matérias de interesse coletivo, de

⁴ GARGARELLA, Robert. *La Teoría de la Justicia Después de Rawls*. Barcelona: Paidós, 1999. p 164. Essa obra contém uma boa introdução ao republicanismo, pp.161-90. Para uma crítica a Pettit, uma indicação sobre o que resgatar do humanismo cívico e uma discussão da adequação do republicanismo ao contexto brasileiro, ver

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 201-217
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

modo que a atividade política não é valorizada porque pode levar ao consenso ou a uma concepção compartilhada do bem, mas porque permite que cada cidadão exercite seu poder de atividade (*agency*), desenvolva suas capacidades de ajuizar e conseguir alguma eficácia política através da ação conjunta. Isso quer dizer que não é simplesmente que o bem comum se sobreponha ao bem particular, mas sim que o bem particular *é* o bem comum.

Nesta perspectiva, a distinção liberal entre o âmbito público e o privado impede a cidadania ativa. Por isso, são contra o ideal liberal da neutralidade do Estado, pois ele deve poder intervir na esfera privada para promover qualidades cívicas de caráter do indivíduo, deve poder “forçar” as pessoas a serem livres, tirando-as da apatia e do interesse próprio. A tolerância liberal faz perder a unidade e o sentido, em uma palavra, a *coesão* dada pelo patriotismo – compreendido um laço de solidariedade mais forte com a liberdade dos compatriotas do que com os estrangeiros, pois há um projeto comum (isso não é necessariamente idêntico ao nacionalismo). A organização política e econômica da sociedade deve ser subordinada à obtenção de bons cidadãos, não o contrário – como propõe o liberalismo – pois então se incentivaria a separação dos cidadãos (e seus projetos) entre si.

Em resumo, no republicanismo, os direitos individuais devem ser limitados pelo bem comum e não o bem comum limitado pelos direitos – como no liberalismo. A realização da liberdade se dá com o autogoverno, não como proteção diante de majorias. Os deveres se sobrepõem aos direitos. Ele é contrário ao atomismo, em prol da prioridade do bem comum, focado em virtudes e exige a participação. No Brasil, por exemplo, o republicanismo transparece na obrigatoriedade do serviço militar masculino e no voto obrigatório.

Uma maneira aproximada de entender essa distinção entre liberdade liberal e liberdade republicana é através da contraposição entre liberdade positiva e liberdade negativa feita por Isaiah Berlin em 1958⁵, seguindo em linhas gerais aquela feita entre a liberdade dos antigos e a dos modernos por Benjamin Constant ainda no século XIX.

A liberdade negativa é assim chamada pois é a ausência de fatores externos impeditivos como interferências, obstáculos e restrições à ação dos indivíduos. Desse modo, ela é a determinação de qual o espaço de escolha deve ser deixado para que o indivíduo aja ou

BIGNOTTO, Newton. “Problemas Atuais da Teoria Republicana” In: CARDOSO, Sérgio (Org.) *Retorno ao Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, 34-58.

⁵ BERLIN, Isaiah. “Two Concepts of Liberty” In: GOODIN, Robert & PETTIT, Philip (Orgs.) *Contemporary Political Philosophy – An Anthology*. Cambridge: Blackwell, 1997. pp. 391-419.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 201-217
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

seja sem a interferência de outros (especialmente do Estado). São exemplos desse tipo de liberdade as liberdades constitucionais de locomoção, expressão, religião, sexual etc.

Por outro lado, a liberdade positiva é a possibilidade de que o indivíduo aja para realizar seus objetivos fundamentais, exercitando a autodeterminação e atingindo a auto-realização. Ela significa escolher algo pelas razões corretas, isto é, pela vontade do indivíduo na medida em que ela se adéque a seu bem; e não, por exemplo, escolher a mesma só que coagido pela vontade arbitrária de outro. Portanto, ao contrário da liberdade negativa, ela se refere a fatores internos e é chamada de positiva porque é constituída pela presença de algo: a possibilidade de se autodeterminar. Nesse sentido, ela é a determinação de quem ou quê deve escolher que alguém faça ou seja isso ou aquilo. Por exigir que não exista dominação, não é uma propriedade estritamente individual, mas sim um atributo de coletividades ou indivíduos enquanto membros de coletividades.

O republicanismo tem o objetivo de mostrar que as coisas poderiam ser diferentes do modo que são (a apatia do cidadão liberal), que existe uma maneira não liberal de promover a liberdade política: onde os liberais acentuam a independência do indivíduo frente ao Estado, o republicanismo vê na dominação social ou familiar a forma mais profunda de servidão; onde o liberal vê o Estado como freio ou obstáculo à liberdade individual, o republicano enfatiza o papel liberador da lei, de proteção e reconhecimento da igualdade e dignidade das pessoas.

As Especificidades do Republicanismo de Arendt: a Pluralidade

Basta olharmos os títulos de suas obras (*As Origens do Totalitarismo*, *Da Violência*, *Crise da República*, *A Condição Humana*, *Entre o Passado e o Futuro*) para se tornar evidente que Arendt escreve a partir do que chama de as duas “experiências políticas fundamentais de nossa época”⁶: os regimes totalitários e as armas capazes de aniquilar toda a vida humana (a bomba atômica e a, ainda mais potente, bomba de hidrogênio). Segundo ela, a chegada do nazismo ao poder em 27 de Fevereiro de 1933 era o tema central de seu tempo. Ela própria nos relata que nesse dia se sentiu *responsável*, quer dizer, chamada a responder ao nazismo. Essa atitude se aprofundará com o tempo, à medida que surgem o terror, o

⁶ ARENDT, Hannah. “Será que a Política ainda tem de algum modo um sentido?” In: ARENDT, Hannah, *A Dignidade da Política*. Trad. H. Martins et all. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993. p. 118.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 201-217
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

holocausto, a resistência, as bombas sobre o Japão, a Guerra Fria, as revoluções no Leste Europeu etc.

A partir de suas fenomenologias da história da filosofia e das fenomenologias dos acontecimentos políticos que julga centrais (a *pólis* grega, Roma antiga, as revoluções americana, francesa e russa), chega à conclusão de que o sentido da política é a liberdade. E então se coloca, com clareza poucas vezes igualada na história da filosofia, o que me parece ser a questão que perpassa e motiva toda a sua obra: “se o sentido da política é a liberdade, depois dos desastres da política no último século, a política ainda tem algum sentido?”⁷

Surpreendentemente, sua resposta é “sim”. E seu republicanismo é a elaboração dessa resposta: a excelência humana é a ação, pois ela é capaz de dar início ao imprevisível, ela opera milagres. A política ainda tem sentido porque a política, a ação política, se realiza como liberdade e realiza a liberdade, que é sempre capaz de criar o novo. E ao fazer isso, e apenas ao fazer isso, a ação política realiza a humanidade, torna efetivo o que é humano no homem. Esse é o sentido da política.

A liberdade assim entendida como ação (ativa, atividade) e como essencialmente iniciativa (inovadora, capaz de dar início, gerar o novo, operar milagres), é a mesma liberdade como não-dominação que foi sendo elaborada pela tradição republicana e a mesma que é preterida pelo liberalismo e a mesma que é anulada pelo totalitarismo.

Portanto, a ação compreendida como efetivação da liberdade e como iniciativa é a resposta de Arendt à dominação total imposta pelo totalitarismo. Justamente em resposta aos regimes totalitários, sua teoria da ação incorpora a noção de pluralidade, pois eles a anulam (ou melhor, pretendem em vão anulá-la). E é exatamente essa ênfase na pluralidade que distinguirá seu republicanismo dos precedentes.

No que se segue, apresentarei como a atenção à pluralidade como condição humana lhe permite acrescentar novidades à teoria republicana.

De acordo com as excursões em fenomenologia da história empreendidas por Arendt, na modernidade a política passa a ser entendida como meio de assegurar as provisões vitais da sociedade e a produtividade do livre desenvolvimento social – diferentemente do que fora na antigüidade, quando era inclusive nitidamente separada da economia. Por entender que essa mudança não foi proveitosa, Arendt propôs que entendêssemos a política não como meio de

⁷ ARENDT, Hannah. “Será que a Política ainda tem de algum modo um sentido?” In: ARENDT, Hannah, *A Dignidade da Política*. Trad. H. Martins et all. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993. p. 117.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 201-217
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

satisfação das necessidades individuais nem como método de resolução de conflitos nem como uma maneira de integrar os indivíduos em torno de uma concepção compartilhada do bem, mas sim como cidadania ativa. O que significa dizer que a política é o engajamento cívico e a deliberação coletiva sobre todos os assuntos que afetam a comunidade política. Por isso, o valor da política deve ser buscado não no que pode resultar dela – o bem comum ou a igualdade – mas na própria política, pois ela não deve ser tomada como meio para um fim, mas como um fim em si, porque é na política (a ação) que o homem se realiza enquanto tal.

Como boa republicana, Arendt identifica política e espaço público. Contudo, para ela, o público é contraposto não só ao privado, mas também ao social. A distinção entre público e privado coincide com aquela entre o domicílio e a *polis* – a casa e a rua, na terminologia de Damatta – na medida em que na primeira são tratados assuntos relativos à sobrevivência (nutrição, reprodução, higiene, saúde, finanças etc.) e, na segunda, assuntos relativos ao florescimento das capacidades humanas (trabalho, arte, esportes, inteligência etc.). Portanto, a diferenciação entre público e privado é paralela àquela entre necessidade e liberdade, futilidade e permanência, vergonha e honra; mas é mais rigoroso dizer que o privado é o domínio das coisas que devem ser escondidas ou que, pelo menos, não devem ser mostradas⁸. Já o espaço público é o domínio da visibilidade, da aparição, do se mostrar, do ver e ser visto, do comum, da comunidade (não do que é próprio, propriedade, de cada um). E o social é a admissão (ou intromissão) moderna dos assuntos privados na esfera pública⁹, o que faz com que o espaço público deixe de ser o lugar da liberdade e passe a ser composto por regras sociais, por comportamentos sociais.

Portanto, deve ficar claro que para Arendt, o espaço público (ou a política) é uma noção muito mais sofisticada do que para outros autores, porque ela compreende esse espaço como algo delicado e fugaz: a política surge de repente e some também de repente. Ela precisa ser *criada* pela ação dos homens. Nem tudo que é comum é público – pode ser apenas social. Nem tudo que se faz em meio aos homens é ação política, a maioria é apenas comportamento social. O espaço público se dá apenas quando os agentes se mostram, apenas quando iniciam algo há ação, quando demonstram iniciativa. Por isso, as referências de criação de espaço público de Arendt são a cidade grega na antigüidade, a revolução americana e a francesa e os conselhos operários da Rússia de 1917 e da Hungria de 1956.

⁸ ARENDT, Hannah. *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1958. p. 72.

⁹ ARENDT, Hannah. *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1958. p. 45.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 201-217
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

O espaço público só pode se dar na *ágora*, distante do *óikos*, pois neste último há a divisão do trabalho e, principalmente, as relações de dominação. Mais uma vez seguindo a tradição republicana que pensa liberdade como não-dominação, Arendt sugere que a ação política (a seu ver, um pleonasma) só pode se dar em um espaço onde os homens não estejam em relações hierárquicas, onde se reconheçam como iguais, pois apenas aí podem discutir e decidir *em comum*, sem coerção, sem violência, sem imposição. Apenas entre iguais eles podem discursar, narrar e imprimir sua imagem na memória pública.

Lembremos que Arendt era bastante crítica em relação à noção de direitos humanos; não por discordar deles, mas porque achava absurda a idéia de que os homens nascem iguais e com direitos naturais correspondentes. Para ela, a igualdade só pode ser política, pois apenas o cidadão pode ter direitos (porque somente o Estado pode conceder direitos, não a natureza), e portanto, os direitos dos homens são uma ficção. É apenas na visibilidade da cena pública que os homens se tornam iguais, e apenas por se apreenderem como iguais é que criam a cena pública. Arendt não tomava a igualdade como um fim em si, mas sim como aquilo que leva a uma vida em comum. Afirmação esta que tem um caráter notadamente republicano.

Essa concepção do espaço público, essa necessidade de aparecer aos outros para se tornar igual, é a pluralidade como condição humana. Antes de tratar dela, porém, é preciso esclarecer qual o lugar da ação na análise da condição humana empreendida por Arendt.

A análise da condição humana que ela empreende se pauta pela oposição de três dimensões da existência humana: a ação, trabalho (*labor*) e fabricação (*work*). São categorias fundamentais da condição humana, três atividades fundamentais de nosso estar-no-mundo. O trabalho é a atividade ligada à condição humana da vida, a fabricação à condição da mundanidade (*worldliness*) e a ação à condição da pluralidade. Cada atividade é julgada por diferentes critérios: o trabalho pela habilidade de sustentar a vida humana, satisfazer nossas necessidades biológicas de nutrição e reprodução; a fabricação por sua habilidade de construir e manter um mundo adequado para o uso humano; e a ação por sua capacidade para revelar a identidade do agente, afirmar a realidade do mundo e efetivar nossa capacidade para a liberdade. Ação só é possível entre outros¹⁰.

A ação é a única atividade que se dá entre homens sem o intermediário das coisas¹¹ e por isso é o que nos torna mais do que membros de uma espécie animal pois revela nossa

¹⁰ ARENDT, Hannah. *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1958. p.188.

¹¹ ARENDT, Hannah. *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1958. p.7.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 201-217
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

individualidade e capacidade para pensar e agir espontaneamente. Ela inclui os feitos (*deeds*) e o discurso (*speech*). Uma vida sem ação e sem fala é literalmente morta diante do mundo, deixou de ser humana porque não é mais viva entre os homens¹².

Como já foi dito, para Arendt, a ação é sinônimo de liberdade (não um meio para ela), sua efetivação – sem a ação a liberdade não existe. Liberdade é aqui compreendida não como livre-arbítrio, algo interior. Ela não é a capacidade de escolha dentre um conjunto de alternativas possíveis. É sim a capacidade de iniciar, começar algo novo, fazer o inesperado. Capacidade esta que todo ser humano adquire só por ter nascido e que corresponde à natalidade.

Por isso ela diz que a ação é dom de fazer milagres. A ação é um milagre quando vista e experimentada da perspectiva dos processos que ela interrompe¹³. Esse milagre laicizado significa o que era imprevisível e inesperado, por exemplo, a terra era uma possibilidade cósmica desprezível, o surgimento da vida orgânica era desprezível do ponto vista inorgânico e a vida humana também se vista a partir do mundo orgânico.

Arendt pretende que não se dissolva o novo em um contínuo, não se o entenda como consequência: são milagres, o novo, inesperado, imprevisível, inexplicável de um ponto de vista causal. Enquanto os homens puderem agir são aptos a realizar o improvável e o imprevisível. Por isso seu modelo de ação é a revolução, o tempo do começo, da fundação.

A ação é a realização da liberdade, enraizada na natalidade, no fato de que cada nascimento representa um novo começo e a introdução da novidade no mundo. O próprio homem é esse milagre, pois ele é um início. Sua individualidade também era uma possibilidade desprezível (se é que concebível) do ponto de vista da humanidade.

Agora estamos em condições de entender a condição de pluralidade. Se agir é tomar *iniciativa*, é também algo que não pode ser feito em isolamento dos outros, independente da presença da pluralidade de atores que de suas diferentes perspectivas podem julgar a qualidade do que está sendo atuado. Sem a presença e o reconhecimento dos outros, a ação deixa de ser uma atividade significativa. Ela requer aparição em público, que o agente se faça conhecido através de palavras e feitos.

A pluralidade é o fato de que são os homens, não o Homem, que habitam o mundo. E ela é a condição da ação humana porque todos somos o mesmo, humanos, mas de uma

¹² ARENDT, Hannah. *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1958. p. 176.

¹³ ARENDT, Hannah. *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1958. p. 120.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 201-217
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

maneira tal que ninguém é igual a nenhum outro que viveu, vive ou viverá¹⁴. A pluralidade então se refere ao mesmo tempo à igualdade e à distinção: iguais o suficiente para se compreender, mas cada qual com sua biografia específica e perspectiva única do mundo, pois cada um é milagre, um início diferente.

Essa necessidade de aparecer para os outros é o conteúdo que Arendt dá ao tema republicano da ação como glória, grandeza, honra. Esses são os objetivos da ação, e mais, o sentido da política (a liberdade) e a realização máxima da humanidade: a afirmação de sua individualidade, de sua unicidade perante a alteridade.

Por se dar não só diante, como *para* os outros, a ação tem um caráter simbólico. A ação implica o discurso, pois é através da linguagem que somos capazes de articular o significado de nossas ações e coordenar as ações de uma pluralidade de agentes. E a linguagem implica a ação, não apenas no sentido de que a própria linguagem é uma forma de ação ou de que muitas ações são feitas na forma de discurso (*speech*), mas de que a rede de relações humanas é sustentada pela interação comunicativa¹⁵.

Dada essa capacidade comunicativa, a ação e o discurso têm o poder de revelar a identidade do agente, pois neles os indivíduos se revelam como os indivíduos únicos que são, revelam ao mundo suas distintas personalidades e perspectiva. Mostram *quem* são como diferente *do que* são. Nem o trabalho (pois todos o fazem igual) nem a fabricação (pois é instrumental, submetida ao objetivo) permitem aos indivíduos revelar suas identidades. Tanto os feitos quanto o discurso permitem essa revelação, mas o discurso lhe é mais afim. Sem o discurso a lhe acompanhar a ação perderia sua qualidade revelatória e não poderia mais ser identificada com o agente e assim perderia as condições de imputação de atividade (*agency*).

Os indivíduos nunca podem estar certos de que tipo de identidade revelarão. É apenas retrospectivamente, através das histórias que surgirão de seus feitos, que sua identidade se tornará completamente manifesta. A função do contador de histórias é crucial não apenas para a completa revelação da identidade do ator. A contação de histórias ou a criação de uma narrativa a partir dos feitos e discurso dos atores é parte constitutiva de seu significado porque possibilita a articulação retrospectiva de sua significação e importância, tanto para os atores quanto para os espectadores. Estando absorvidos por seus objetivos e preocupações imediatos, mal informados sobre todas as implicações de sua ação, os atores frequentemente não estão

¹⁴ ARENDT, Hannah. *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1958. pp. 7-8.

¹⁵ ARENDT, Hannah. *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1958. pp. 184-6.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 201-217
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

em posição para avaliar o verdadeiro significado de seus feitos ou para estar completamente conscientes de seus próprios motivos e intenções.

As narrativas não só fornecem uma medida da veracidade e um maior grau de significação às ações, mas também preservam a memória dos feitos através do tempo e assim permitem que eles inspirem o futuro, modelos a imitar e ultrapassar. Por si, as ações são muito frágeis, sujeitas ao esquecimento. Diferentemente dos produtos da fabricação que têm materialidade, feitos e falas não sobrevivem à sua realização a menos que sejam lembrados. A recordação, a repetição do feito como estória, pode salvar as vidas dos atores da futilidade e do esquecimento. Para isso é preciso que tenham uma audiência, além do contador de estórias é preciso uma comunidade de memória¹⁶. A *pólis* serve como essa comunidade: preserva as falas e feitos dos cidadãos, deixando um testemunho para as futuras gerações.

Através do uso do discurso para revelar as identidades e compor narrativas, expor as intenções e articular os motivos e assim gerar consenso diante da pluralidade, a ação faz surgir o poder. Ele é a capacidade de agir conjuntamente por um propósito político. Diferentemente do vigor (*strength*), que é atributo de alguém, o poder é atributo de uma pluralidade. Ele é uma criação humana, não um fenômeno natural (*force*). Diferentemente da violência, o poder é baseado no consenso e na persuasão racional, não na coerção. De modo que somente através do poder é possível tornar os desiguais iguais. E é ele que sustenta o espaço político e se atualiza na ação.

O poder assim entendido, como propriedade coletiva e não individual, é o conteúdo que Arendt dá à idéia republicana do autogoverno. A constituição do poder pelo discurso, pela deliberação, e não pela coerção, libera da dominação, faz com que o cidadão participe do Estado que o governa e não apenas se submeta a ele.

A teoria arendtiana da ação se complexifica com sua análise do que chama de “a tríplice frustração da ação”: a imprevisibilidade de seu resultado, a irreversibilidade do processo e o anonimato de seus autores¹⁷.

A última frustração deriva do fato de que a ação se dá em uma rede de relações humanas, entre uma pluralidade de seres capazes de iniciar. Como os atores reverberam as ações uns dos outros, pode ser que se chegue a um ponto em que não seja possível distinguir quem foi, por exemplo, o líder da revolução. É o contador da estória e sua narrativa que

¹⁶ D'ENTREVES, Maurizio. “ARENDR, Hannah” In: *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2006. <http://plato.stanford.edu/entries/arendt/> (acessado em 24/09/2008).

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 201-217
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

decidirão sobre os protagonistas, que nomearão os responsáveis pela ação. Pois, por si própria, a ação não tem ator, não se submete a um nome, ela é fruto da pluralidade.

E a ação é imprevisível pelo mesmo motivo. Porque se dá dentro de uma rede de relações, em um contexto definido pela pluralidade, por ser uma manifestação da liberdade, da capacidade de inovar e alterar situações, nenhum ator controla seu resultado final. Cada ator inicia processos e entra na rede de relações à qual todos os outros atores contribuem, o que resulta em algo que não pode ser previsto pelas intenções de nenhum ator particular – dizendo maquiavelicamente, as contingências da *fortuna* impõe profundas exigências de antecipação à *virtú*. O que apenas se agrava pelo fato de as conseqüências da ação serem ilimitadas (*boundless*), pois todo ato dá início a um número infinito de ações e reações – de modo que se pode dizer que a própria ação não tem fim¹⁸.

Ligada à sua ilimitação e imprevisibilidade está a irreversibilidade da ação. Todas as ações desencadeiam processos que não podem ser desfeitos ou recuperados. Ao passo que as obras que surgem da fabricação podem ser destruídas, as ações não podem ser *desfeitas*, pois existem em uma rede de relacionamentos humanos onde a toda ação corresponde uma reação. As conseqüências de uma ação são não só imprevisíveis como irreversíveis, o processo iniciado por ela não pode ser nem controlado nem revertido.

Segundo Arendt, a imprevisibilidade e a irreversibilidade exigem que existam duas faculdades inerentes à ação: a faculdade de perdoar e a faculdade de prometer. Essas faculdades são conectadas, a primeira mitiga a irreversibilidade da ação ao absolver o ator das conseqüências não pretendidas de seus feitos e a outra modera a incerteza do seu resultado ao vincular atores a certos cursos de ação, pondo limite à imprevisibilidade do futuro. Ambas são ligadas à temporalidade: do ponto de vista do presente, perdoar é olhar para trás, para o que aconteceu e prometer é olhar para frente, para assegurar certezas em um futuro imprevisível. Desse modo, o perdão ameniza o peso da irreversibilidade, para não sermos vítimas eternas de um único feito; e a promessa neutraliza a imprevisibilidade para podermos manter nossa identidade¹⁹. Também essas faculdades dependem da pluralidade, a presença e atuação de outros, pois ninguém pode se perdoar e nem se vincular a uma promessa feita a si mesmo.

¹⁷ ARENDT, Hannah. *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1958. p. 220.

¹⁸ ARENDT, Hannah. *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1958. p. 233.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 201-217
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

O Republicanismo Arendtiano como Resposta ao Totalitarismo

Se nos colocarmos na perspectiva arendtiana, podemos dizer que o totalitarismo ajudou a ver na teoria o que é a política verdadeira, justamente por ter destruído as categorias da tradição ocidental. No totalitarismo tudo se apresenta como político: a ciência, o ensino, a economia e a aplicação da lei. É isso que Arendt chama de dominação total. Todas as coisas se tornam públicas. O povo deve ser mobilizado, mantido em movimento constante. Por isso, reina o discurso. A utopia a que ele se dedica suprime a validade das leis positivas e junto com elas as garantias jurídicas. Apresenta-se como revolucionário, esquece o passado e se propõe a criar um homem novo, mas atenta contra o homem existente, pois a mística da coesão faz exterminar o inimigo interno e com ele a dignidade humana. Pelo terror (a coerção suprema, interna), impõe uma ideologia que responde a tudo, que *produz* suas conseqüências, ao invés da imprevisibilidade. Transforma-se, enfim, em negação da capacidade individual de pensar, de agir, de começar – em negação da humanidade. A dominação é total quando se anula a humanidade do homem.

Se não existe fronteira entre a política e a não-política, a política desaparece. Surge a organização social e o “mundinho” do indivíduo: a intimidade, a padronização dos costumes e do comportamento. Quando o público absorve o privado, desaparece também o público e aparece o social (relações de dependência comandadas por um aparelho dominante)²⁰. A política, pelo contrário, existe apenas onde há diferença, um espaço onde os homens se reconhecem como cidadãos, onde visam um mundo comum a partir de perspectivas distintas. Onde a pluralidade é respeitada. No totalitarismo, os indivíduos se transformaram em massa. E a massa foi manobrada para crimes massivos, pois estava preocupada apenas com sua segurança pessoal e familiar.

Em resposta a isso, porque se sentia responsável diante disso, Arendt restaura o ideal aristotélico da cidadania participativa que moldou o republicanismo ao defender a *vita activa* como uma vida de engajamento público ao invés de compreendê-la como a busca da felicidade individual e aquisitiva, ao diferenciar ação (*práxis*) de fabricação (*poiesis*), vendo a ação como liberdade em meio à pluralidade, mostrar sua conexão com o discurso, a comunicação e a memória, como um modo de estar-junto (*human togetherness*). Desse modo,

¹⁹ ARENDT, Hannah. *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1958. p. 237.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 201-217
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

seu republicanismo desenvolve uma concepção de democracia participativa que contrasta com os as democracias burocratizadas e elitistas. As instituições republicanas são necessárias pois os valores democráticos liberais são fracos, prudenciais, condicionais e opcionais, objetivam apenas a fins individualistas e privados. De maneira que a cidadania, a participação, os bens públicos e virtudes cívicas que daí surgem são muito frágeis. Para o republicanismo a liberdade é mais do que simplesmente a não-interferência de outro em sua esfera privada; é também a não-dominação, o autogoverno. A liberdade é a anti-coerção: somos livres na medida em que não estamos sob o domínio de outro. Daí a primazia do dever sobre os direitos e a precedência do bem comum diante dos direitos individuais: é *necessário* participar, é *preciso* ser virtuoso. Ser livre não é fácil, mas é a única maneira de ser excelente.

É a pluralidade que diferencia o republicanismo de Arendt e a impede de, a partir de uma crítica ao liberalismo, partir para o fascismo (caracterizado pelo ativismo e por valores heróicos como liderança e glória, camaradagem e auto-sacrifício espartanos e militarismo à antiga)²¹. Como somos plurais, a ação não é uma questão de heroísmo solitário, mas sim de interação. Nem o mais carismático líder pode ser mais do que guia do que é uma empresa coletiva. Por isso, a glória maior não é perder a individualidade espartanamente num campo de batalha, é sim ter sua identidade única revelada no espaço público.

Apenas a ação é capaz de revelar a identidade do agente, fazer existir a liberdade, criar e sustentar um espaço público de aparência e tornar possível a geração do poder. Por ter a pluralidade como condição, depende da narrativa e da recordação, da articulação retrospectiva do significado da ação pelo contador de estórias e sua preservação através de uma comunidade de memória. E, pelo mesmo motivo, é marcada pela imprevisibilidade e irreversibilidade e seus remédios respectivos: o poder de prometer e o poder de perdoar.

Em resposta às vidas destruídas pelo totalitarismo, que exigia tão pouco dos cidadãos enquanto tais ao transformá-los em quase nada através da mística do Um, Arendt revitalizou o republicanismo, que exige tanto dos cidadãos ao pretender que sejam excelentes por estarem situados em meio à pluralidade.

Enfim, através dessa exposição da concepção de ação de Arendt espero ter tornado plausível e fértil a hipótese desse trabalho: o atual interesse pelo republicanismo é mais bem

²⁰ LEFORT, Claude. "Hannah Arendt e a Questão do Político". In: *Pensando o Político*. Ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Trad. E. Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 68.

²¹ CANOVAN, Margareth. *Hannah Arendt. A reinterpretation of her political thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, p. 205.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 201-217
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

compreendido como uma resposta ao totalitarismo (além de ser uma correção ao liberalismo), do que apenas como uma alternativa à perspectiva liberal. Isso não quer dizer que os outros autores que fomentam o retorno ao republicanismo tratem do totalitarismo. É preciso reconhecer que eles se propõem mesmo é a oferecer uma alternativa ao liberalismo. Entretanto, pode ser que o motivo subjacente à insatisfação com a apatia liberal seja um receio de que ela levasse novamente, como sugeriu Arendt, à instauração da dominação total. Mas não é possível fazer o exame desses autores e suas motivações neste trabalho.

Uma outra hipótese, que também está além deste trabalho, é dizer que os trabalhos de Arendt tiveram alguma importância para o ressurgimento do republicanismo. É uma relação causal difícil de se estabelecer, que exigiria o instrumental de história do pensamento para verificar fluxos de influência e mediações entre filósofos, cientistas políticos e historiadores. Contudo, a dificuldade não torna a hipótese absurda.

Referências

- ARENDR, Hannah. *The Human Condition*. Chicago & London: University of Chicago Press, 1958.
- _____. “Será que a Política ainda tem de algum modo um sentido?” In: _____. *A Dignidade da Política*. Trad. H. Martins et al.. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- BERLIN, Isaiah. “Two Concepts of Liberty” In: GOODIN, Robert & PETTIT, Philip (Orgs.). *Contemporary Political Philosophy – An Anthology*. Cambridge: Blackwell, 1997. pp. 391-419.
- BIGNOTTO, Newton. “Problemas Atuais da Teoria Republicana” In: CARDOSO, Sérgio (Org.) *Retorno ao Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, 34-58.
- CANOVAN, Margareth. *Hannah Arendt. A reinterpretation of her political thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- CARDOSO, Sérgio (Org.) *Retorno ao Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- D’ENTREVES, Maurizio. “ARENDR, Hannah” In: *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2006. <http://plato.stanford.edu/entries/arendt/> (acessado em 24/09/2008).
- GOODIN, Robert & PETTIT, Philip (Orgs.). *Contemporary Political Philosophy – An Anthology*. Cambridge: Blackwell, 1997. pp. 391-419.
- _____. & POGGE, Thomas. *A Companion to Contemporary Political Philosophy* 2 Vols. (segunda edição). Malden: Blackwell, 2007.
- KAMENKA, Eugene. “Totalitarianism” In: GOODIN, Robert E., PETTIT, Philip & POGGE, Thomas. *A Companion to Contemporary Political Philosophy* 2 Vols. (segunda edição). Malden: Blackwell, 2007, 818-840.
- LEFORT, Claude. “Hannah Arendt e a Questão do Político”. In: *Pensando o Político*. Ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Trad. E. Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, 68-84.
- PETTIT, Philip. *Republicanism. A theory of freedom and government*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 201-217
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------